

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

DINAMAR VIDALLAS RODRIGUES

TAXA DE IMPOSTO EFETIVA NAS EMPRESAS BRASILEIRAS: uma
comparação entre as companhias abertas e fechadas

**VITÓRIA
2017**

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

DINAMAR VIDALLAS RODRIGUES

TAXA DE IMPOSTO EFETIVA NAS EMPRESAS BRASILEIRAS: uma
comparação entre as companhias abertas e fechadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Fernando Caio Galdi

**VITÓRIA
2017**

DINAMAR VIDALLAS RODRIGUES

TAXA DE IMPOSTO EFETIVA NAS EMPRESAS BRASILEIRAS: uma comparação entre as companhias abertas e fechadas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 02 de Outubro de 2017.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Fernando Caio Galdi

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Membro: Prof. Dr. Felipe Ramos Ferreira

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

Membro: Prof. Dr. Aziz Xavier Beiruth

Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças
(FUCAPE)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela força e proteção. Desde o início de minha caminhada, estava comigo, iluminando, guardando e abençoando meu caminho todos os dias. Sem a Tua presença e força não superaria as dificuldades e tampouco venceria os obstáculos que surgiram ao longo desses anos.

À minha família, que sempre me apoiou em cada etapa, dando conselhos e me incentivando em tudo, principalmente meu pai, João de Deus, e minha mãe, Aparecida Amâncio; agradeço aos meus irmãos Dilamar Amâncio e Douglas Washington.

Agradeço também ao meu esposo, João Gonçalves, pelo incentivo, carinho, paciência e compreensão quando de minha ausência por muitas vezes.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Fernando Caio Galdi, pela dedicação a mim dispensada, na ideia sugerida, na orientação realizada e na confiança depositada, pois não mediu esforços para me auxiliar.

Aos meus colegas Ana Clara, Sebastião Rodrigues, Davy Campos, André, Bruno e Jéssica, pela amizade que ficará para sempre.

Enfim, a todas as pessoas que sempre estiveram ao meu lado, me acompanhando nesta jornada.

“Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples medo de arriscar.” (William Shakespeare).

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar se há diferenças entre agressividade fiscal medida pela taxa de imposto efetiva (ETR) entre empresas de capital aberto e fechado no Brasil. A amostra é composta pelas 500 maiores empresas de 2010 a 2015 de capital aberto e 498 maiores empresas também de 2010 a 2015 de capital fechado, cujos dados foram coletados na base de dados QUANTUM. Os resultados indicam que há diferença de ETR entre as empresas fechadas e as de capital aberto, indicando que as empresas fechadas possuem ETR menor, por conta do menor monitoramento e um custo político menor. Esta pesquisa contribui para analistas e a receita federal analisarem os grupos das empresas e para órgãos fiscalizadores. Este assunto é relevante, pois o Brasil possui alta carga tributária e complexidade no sistema tributário vigente, tema este que tem assumido grande relevância no âmbito político e econômico, contribuindo para a literatura acerca da comparação entre companhias abertas e fechadas; destaca-se que são escassas as pesquisas científicas focalizando companhias fechadas.

Palavra-chave: Taxa de Imposto Efetiva (ETR). Companhias Fechadas *versus* Companhias Abertas. Agressividade Fiscal.

ABSTRACT

The objective of this research is to investigate if there are differences between fiscal aggressiveness measured by the effective tax rate (ETR) between public and private companies in Brazil. The sample is made up of the 500 largest companies from 2010 to 2015 publicly traded and the 498 largest companies from 2010 to 2015 privately held, whose data were collected in the QUANTUM database. The results indicate that there is a difference in ETR in closed companies and publicly traded companies, probably because of the lower monitoring and lower political cost. This research contributes to analysts and the federal revenue to analyze corporate groups and oversight agencies. This issue is relevant, because Brazil has a high tax burden and complexity in its current tax system, a subject that has gained relevance in the political and economic sphere, contributing to the literature concerning the comparison between public and private companies; also, scientific research is limited when it comes to private companies.

Keyword: Effective Tax Rate (ETR). Publicly traded Company versus Privately held Company. Fiscal Aggressiveness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 SOCIEDADE ANÔNIMA	11
2.1.1 Sociedade Anônima Aberta	12
2.1.2 Sociedade Anônima Fechada	12
2.2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	13
2.3 GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO.....	13
2.4 TAXA DE IMPOSTO EFETIVA (ETR) E AGRESSIVIDADE FISCAL	15
2.5 HIPÓTESE	17
Capítulo 3	21
3 METODOLOGIA	21
3.1 TIPO E METODOLOGIA DA PESQUISA.....	21
3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA.....	21
3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE E RESULTADOS DE PESQUISAS ANTERIORES.....	23
3.3.1 Tamanho da empresa	23
3.3.2 Intensidade de capital	24
3.3.3 Estoque	25
3.3.4 Alavancagem	25
3.3.5 Rentabilidade	25
3.3.6 Auditoria Big-Four	26
4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	27
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	27
4.2 RESULTADOS DAS REGRESSÕES.....	30
5 CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS	38

Capítulo 1

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar a alíquota de impostos em empresas de capital abertas e fechadas no Brasil no período de 2010, após a adoção do IFRS, até 2015. A análise envolve a taxa efetiva do imposto (ETR) buscando identificar se há diferenças entre o grupo composto por empresas de sociedades de capital fechado e de capital aberto listadas na BM&F Bovespa e a agressividade tributária.

Este assunto é relevante, pois o Brasil possui alta carga tributária e complexidade no sistema tributário vigente, tema este que tem assumido grande relevância no âmbito político e econômico, contribuindo para a literatura concernente à comparação entre companhias abertas e fechadas, visto serem muito escassas as pesquisas científicas em se tratando de companhias fechadas; assim, o estudo propicia um melhor entendimento da gestão de empresas de maiores portes que possuem grande representatividade na economia brasileira.

As empresas fechadas são predominantes em economias ao redor do mundo. A lista de 2016 Forbes das maiores empresas privadas no US4 inclui 223 empresas com receita superior a US \$ 2 bilhões. Nos mercados emergentes, a proeminência das empresas privadas é ainda mais exacerbada. De acordo com a S & P Capital IQ, 5 empresas privadas possuem maior valor de mercado agregado do que as empresas públicas no Brasil. (COELHO, GALDI e LOPES, 2017).

O Brasil é ainda um dos países com um elevado índice de impostos incidentes sobre as operações realizadas pelas pessoas físicas e pessoas jurídicas

(SANTOS et al. 2008). Conforme Tang (2005) considera-se o gerenciamento tributário um meio para incentivar a diminuir os tributos, reduzindo a carga tributária elevada. A carga tributária no Brasil, de acordo com o estudo da Secretaria da Receita Federal do Brasil, atingiu 33,47 % do PIB de 2014.

Para medir a agressividade fiscal e investigar sua relação com a origem do capital, entre as métricas disponíveis na literatura, destacam-se nos estudos envolvendo agressividade fiscal a effective tax rate – ETR como mostra estudo feito por Hanlon e Heitzman (2010) em revisão de pesquisas tributárias que conclui a ETR como medida importante de captura de agressividade fiscal.

De acordo com a explicação de Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2014), não há consenso sobre as principais variáveis que explicam a ETR (tamanho, intensidade de capital e inventário, alavancagem e rentabilidade da empresa), posto que os resultados encontrados até este momento não são conclusivos. Evidenciam-se entre os países diferenças significativas, dentro até mesmo de seu contexto econômico interno.

Apesar de no mercado brasileiro a maioria das empresas serem constituídas na forma de sociedades limitadas ou sociedades anônimas fechadas, poucos estudos levam em consideração esse tipo de empresa. Há diversos estudos que abordam os determinantes da Taxa Efetiva do Imposto de Renda (ETR) no âmbito das empresas listadas em Bolsa de Valores, que representam a minoria no Brasil. O Brasil é o 23º país em número de empresas listadas em bolsa, com 353 empresas, conforme uma pesquisa do Banco Mundial.

No entanto, conforme Coelho e Siqueira Lima (2009), o grupo de companhias de capital fechado é, por outro lado, pouco estudado quanto a suas práticas contábeis, pela dificuldade de acesso aos dados dessas empresas. Assim, este

estudo se propõe evidenciar a questão: as empresas de capital fechado são mais agressivas tributariamente do que as empresas de capital aberto? Neste estudo foi adotada a seguinte hipótese metodológica: Empresas de capital fechado são mais agressivas tributariamente do que as empresas de capital aberto.

Os resultados indicam que as empresas fechadas terão o ETR menor, por serem mais agressivas tributariamente, dado que há menos monitoramento sobre os seus números divulgados e um custo político menor. Os números de empresas listadas sofrem escrutínio de analistas de mercado, das grandes empresas de auditoria independentes e de diversos acionistas interessados nos resultados da empresa, enquanto as sociedades fechadas têm um conjunto de *stakeholders* mais restrito. Conforme Ball e Shivakumar (2005); Chen et al (2010); Kosi e Valenticic (2013); Lin, Mills e Zhang (2014), as empresas são mais propensas a serem influenciadas pela tributação e, portanto, as empresas fechadas são mais (provavelmente) agressivas.

Finalmente, este estudo contribui para analistas e a própria receita federal, bem como para órgãos fiscalizadores, analisarem os grupos das empresas e é o primeiro estudo a analisar a agressividade fiscal das empresas, dada a importância das companhias fechadas na economia.

Além da seção introdutória, que evidencia a contextualização apresentada para a execução desta pesquisa, na sequência apresenta-se o referencial teórico e a metodologia.

Capítulo 2

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, apresenta-se a revisão da literatura que norteia o desenvolvimento e as premissas para a consecução do estudo. Primeiramente, abordam-se aspectos das Sociedades Anônimas (Abertas e Fechadas), Sociedade Empresaria Ltda., e, posteriormente, o Gerenciamento Tributário e a Taxa de Imposto Efetiva (ETR) usada para mensurar a Agressividade Fiscal, bem como os estudos anteriores que possibilitam o aprimoramento do tema. Esses tópicos foram escolhidos devido à sua importância para conceituar o alcance do objetivo proposto na presente pesquisa.

2.1 SOCIEDADE ANÔNIMA

Conforme com a Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976, artigo 4º:

Para os efeitos desta Lei, a companhia é aberta ou fechada de acordo os valores mobiliários de sua emissão estejam ou não admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.

Segundo Gitman (1997, p. 7), a sociedade anônima “tem poderes semelhantes aos de uma pessoa, no sentido de que pode acionar e ser acionada judicialmente, estabelecer contratos e ser parte deles, e adquirir propriedades em seu próprio nome”. As sociedades anônimas são divididas em sociedades de capital aberto e de capital fechado.

No Brasil, verifica-se que os procedimentos e práticas contábeis adotados pelas companhias fechadas e abertas são, na maioria das vezes, similares, uma vez

que têm como diretriz principal a Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) (PAULO, ANTUNES e FORMIGONI, 2008).

2.1.1 Sociedade Anônima Aberta

Casagrande Neto (1985, p. 22) certifica que, conforme a atual legislação, “é considerada companhia aberta toda sociedade anônima que tenha registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com conseqüente autorização para negociação de seus valores mobiliários em Bolsa ou balcão”.

De acordo com Di Domenico (2014), no Brasil, a partir o exercício de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a requerer a adequação de algumas normas IFRS às empresas de capital aberto e a convergência completa das IFRS para o exercício de 2010.

2.1.2 Sociedade Anônima Fechada

Casagrande Neto (1985, p. 22) afirma que Sociedade Anônima Fechada é “aquela que adquire subscrição de ações por meio de recursos de capital pelos próprios acionistas ou por um grupo de pessoas restrito”, não possuindo negociação de valores em bolsa ou balcão.

No Brasil, as companhias fechadas são de grande importância para a economia local. Constata-se que o somatório das receitas brutas das companhias fechadas demonstra, em média, 40% da receita bruta total das 500 maiores empresas nesse período (PAULO, ANTUNES e FORMIGONI, 2008).

Portanto, são de grande relevância para o contexto social e econômico brasileiro estudos que tenham como foco as sociedades anônimas de capital fechado. Este tema ainda carece de estudos.

2.2 SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Conforme Finger Junior, Balestrin, Galiotto (2005), a criação da sociedade limitada (sociedade por quotas de responsabilidade limitada) garantiu ao comerciante a não afetação de seu patrimônio particular pelas dívidas da sociedade, visto que somente o montante investido na composição do capital social responderá pelos eventuais prejuízos advindos da atividade empresarial. A sociedade limitada representou um estímulo para novos negócios.

Para Proença (2003), na sistemática do novo Código Civil, empresa e estabelecimento passam a ter dois conceitos distintos. A teoria dos Atos do Comércio é substituída pela Teoria da empresa, assim como se insere o disciplinamento legal dado à figura do empresário.

As Sociedades Limitadas no Brasil também adotaram o padrão International Financial Reporting Standards (IFRS), e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), compartilha com outras instituições reguladoras a adoção às normas internacionais de contabilidade. (FRANÇA, CUNHA e CUNHA, 2014).

2.3 GERENCIAMENTO TRIBUTÁRIO

O gerenciamento de resultados tributários decorre da exigência das empresas em diminuir o efeito econômico dos impostos nas contas de resultados,

especialmente no que tange ao lucro das empresas. O gerenciamento tributário pode influenciar no montante atribuído à distribuição de dividendos e nos rendimentos reportados aos *stakeholders* e *shareholders* (PAULO; MARTINS; CORRAR, 2007).

A tributação em relação à informação contábil e ao lucro das empresas para o objetivo de divulgação financeira deriva de uma mesma base de eventos. Portanto, ambas partilham de determinadas escolhas contábeis na mensuração de eventos ocorridos e no reconhecimento. Então, o gerenciamento tributário é determinado em função de interesse econômico e pelas diferentes escolhas contábeis (REZENDE, NAKAO, 2012).

Martinez (2008, p. 8) evidencia que um dos produtos mais importantes da contabilidade para os usuários externos é o resultado (lucro/prejuízo) e que parte desse resultado pode decorrer de ajustes contábeis de natureza discricionária, não tendo qualquer relação com a realidade do negócio da empresa. O autor acrescenta que os executivos são, em geral, motivados por influências exógenas e internas à empresa, conduzindo-os a gerenciar o resultado contábil na direção em que se deseja.

Portanto, uma das possibilidades de investigar de forma empírica o comportamento de gerenciamento tributário é a avaliação da alíquota efetiva de imposto ou *effective tax rate* (ETR). A ETR vem sendo utilizada pela literatura como proxy para medir o gerenciamento tributário (MILLS, NEWBERRY E TRAUTMAN, 2002; SHACKELFORD E SHEVLIN, 2001; MINNICK E NOGA, 2010; HUSEYNOV E KLAM, 2012).

2.4 TAXA DE IMPOSTO EFETIVA (ETR) E AGRESSIVIDADE FISCAL

Segundo Hanlon e Heitzman (2010), o GAAP ETR é a taxa que afeta os resultados contábeis. O dinheiro do ETR é calculado usando os impostos em dinheiro pagos no numerador e é afetado por estratégias de diferimento fiscal, mas não é afetado por mudanças nas contas de regularização tributária. O ETR de caixa anual poderia ter incompatibilidade do numerador e denominador se os impostos pagos em dinheiro incluíssem os impostos pagos sobre os lucros em um período diferente (por exemplo, de uma auditoria da Receita Federal concluída no ano corrente), enquanto o denominador inclui apenas o resultado do período corrente.

Neste contexto, de acordo com Shackelford e Shevlin (2001), a ETR é como um indicador que ampara os tomadores de decisão a detectarem o valor real desembolsado pelas organizações no que alcança ao volume de tributos recolhidos sobre o lucro, autorizando confrontar a carga real efetiva exercitada pela empresa com a carga determinada pela legislação tributária.

A Taxa de Imposto Efetiva é um parâmetro apropriado para sugerir o planejamento tributário. Desta forma, quando se obtém taxas efetivas de impostos baixas, isso é consequência do planejamento tributário que pode haver (SHACKELFORD; SHEVLIN, 2001).

Hanlon e Heitzman (2010) listaram doze variáveis diferentes, sendo que a ETR e suas variações tiveram destaque. A ETR calculada pela divisão entre a despesa com tributos sobre o lucro e o resultado antes do imposto apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício pode prover informações sobre o gerenciamento de resultados, porém não retrata estratégias de diferimento de tributos.

Lammersen (2002) acrescenta que a ETR é uma ferramenta gerencial extremamente útil para os economistas, políticos, contadores e administradores que precisam da informação condensada, porém sofisticada sobre a carga tributária.

Enquanto existe um amplo consenso sobre o seu efeito sobre a taxa de imposto efetiva (ETR) nas empresas brasileiras, existem resultados mistos em relação ao sinal da relação. Portanto, contribui com a nova evidência para o caso específico das companhias abertas e fechadas, realizando-se, assim, uma comparação.

Chen et al. (2010) descrevem por meio de medidas de planejamento tributário que a agressividade tributária é uma forma de diminuir gerencialmente o resultado tributário. Essas práticas podem incluir tanto medidas lícitas quanto medidas consideradas ilegais (ou abusivas).

Dunbar et al. (2010) fazem uma verificação das medidas de mensuração de agressividade fiscal exploradas na literatura. Os autores apontam que, das medidas de agressividade fiscal utilizadas geralmente, quatro são variantes da taxa de imposto efetiva (effective tax rate – ETR); duas são fundamentadas apenas em book-tax differences (BTD); e outras três são fundamentadas em estimativas de modelos econométricos que capturam o comportamento anormal do planejamento tributário que pode ser reflexo de agressividade fiscal.

Segundo o estudo de Reinders e Martinez (2016), empresas maiores tendem a ser menos agressivas tributariamente e empresas menores tendem a ser mais agressivas tributariamente.

De acordo com Martinez e Dalfior (2015), a ETR possui um percentual de no máximo 34%; as análises com resultados superiores a esse patamar são tratadas

como menos agressivas tributariamente, enquanto as menores são tratadas como mais agressivas.

Hanlon e Heitzman (2010) mensuram a relação entre o Imposto de Renda e o Lucro antes do Imposto de Renda (LAIR), o qual é a métrica adotada que indica o grau do planejamento tributário agressivo das empresas.

2.5 HIPÓTESE

De acordo com Coelho, Galdi e Lopes (2017), no Brasil a maioria das empresas comerciais e industriais são incorporadas sob duas formas: (i) Sociedades Limitadas (CL) e (ii) Sociedades por Ações (SA), ambas caracterizadas como empresas reponsabilidade limitada. As Sociedades Limitadas são sempre registradas como empresas de capital fechado, enquanto as Sociedades por Ações podem assumir a forma de empresa de capital aberto ou capital fechado (dependendo ou não se oferecem valores mobiliários ao mercado). As Sociedades Limitadas não são obrigadas a publicar demonstrações financeiras ou qualquer outra forma de informação financeira pública, independentemente de seu tamanho. O outro grupo Sociedades por Ações (SA) podem ser subdivididos em Companhias Abertas (SACA) – o grupo de empresas públicas e Companhias Fechadas (SACF) – o grupo de empresas privadas. No entanto, apenas a SACA tem ações listadas em Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Os resultados também contribuem para a literatura de gestão de resultados, sugerindo evidências anteriores em Beatty e Harris (1999) e Beatty et al. (2002), mostrando maior evidência de gerenciamento de lucros entre empresas abertas do que empresas fechadas, para bancos dos EUA, não sendo generalizável para um conjunto mais amplo de setores e países.

De acordo com Burghstahler, Hail, Leuz (2006), as regras que alinham a contabilidade fiscal e financeira têm um impacto maior sobre o comportamento dos relatórios de empresas privadas, consistente com a idéia de que as empresas privadas enfatizam a minimização de impostos em relação à comunicação do desempenho da empresa por meio de ganhos. A gestão de resultados se estende às empresas privadas. Os resultados mostram que, tanto para as empresas fechadas como para as abertas, os ganhos são menos transparentes em países com sistemas jurídicos fracos.

O meu trabalho buscou identificar diferenças entre a taxa de imposto efetiva no Brasil entre o grupo de empresas de Sociedades de capital fechado e as Sociedades de capital aberto listadas na BM&F Bovespa e a agressividade fiscal.

Ball e Shivakumar (2005, p.84) argumentam que nos mercados de capitais em desenvolvimento e participação concentrada (por exemplo, Brasil), as empresas de capital fechado têm maior probabilidade de recorrer ao modelo de "acesso *insider*" para resolver a informação Assimetria; assim, argumenta-se que, nos mercados em desenvolvimento, os incentivos enfrentados por empresas de capital aberto e fechado para reconhecer as perdas em tempo hábil não diferem significativamente.

Conforme Zimmerman (1983), considerando-se o aumento da alíquota tributária efetiva, que pode ser definida como o percentual de impostos pagos, no qual decorre a assimetria de tratamentos para fins contábeis e fiscais, suspeita-se que os grandes contribuintes que estão sujeitos aos custos políticos devem apresentar alíquota tributária efetiva superior aos demais contribuintes, pois não precisam adotar os procedimentos, por não estarem expostos aos custos políticos.

A pesquisa de Lennox, Lisowsky e Pittman (2013) estima a relação entre o planejamento tributário agressivo e a frequência de supostas fraudes contábeis. Depois de confiar em um conjunto abrangente de taxa de imposto efetiva e *proxies* de diferença contábil-fiscal, bem como um fator comum extraído dessas medidas - para triangular suas evidências, geralmente encontra-se que as empresas públicas agressivas de impostos são menos propensas a manipular fraudulentamente seus recursos financeiros.

Os estudos de Lopes (2012) relatam que as grandes companhias de capital aberto pagam mais tributos do que as pequenas companhias de capital fechado.

Os resultados indicam que as empresas fechadas terão o ETR menor, por serem mais agressivas tributariamente, dado que há menos monitoramento sobre os seus números divulgados e um custo político menor.

Em geral, as informações contábeis das empresas de capital fechado são consideradas de qualidade inferior às de empresas cotadas publicamente. Ball e Shivakumar (2005) afirmam que há uma demanda relativamente baixa de ganhos de alta qualidade reportados por empresas de capital fechado por causa de uma substituição da comunicação privada em lugar de informações de relatórios financeiros públicos. Usando a extensão do reconhecimento de perda assimétrica como um proxy para a qualidade da contabilidade, eles acreditam que os ganhos das empresas de capital fechado do Reino Unido são de qualidade inferior aos de suas contrapartes públicas.

Kosi e Valentincic (2013) argumentam que muitas vezes as considerações fiscais geram contabilidade em empresas de capital fechado e acreditam que a qualidade contábil das empresas de capital fechado é afetada negativamente pela conformidade fiscal.

Pesquisa feita por Clatworthy e Peel (2013) relata que as empresas privadas são muitas vezes sujeitas a intervenções de políticas contábeis, embora existam relativamente poucas evidências em seus relatórios financeiros e práticas de governança.

De acordo com Cloyd, Pratt e Stock (1996), tais custos não tributários estão relacionados à estrutura de propriedade. Os autores argumentaram que, em relação às empresas de capital fechado, as empresas de capital aberto incorrem em custos não tributários superiores quando reduzem o lucro líquido reportado e, portanto, para um dado nível de poupança de impostos esperados, as empresas de capital aberto estão menos voltadas à contabilidade financeira e com métodos menos agressivos.

A partir do problema de pesquisa, foi formulada uma hipótese, tendo como base que as relações das empresas de capital fechado são mais agressivas tributariamente.

H₀: empresas de capital fechado são mais agressivas tributariamente do que as empresas de capital aberto ($\beta_i \neq 0$);

Assim, o próximo tópico mostra as variáveis encontradas na literatura como determinantes variáveis da taxa de imposto efetiva.

Capítulo 3

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa identifica a Taxa do Imposto Efetiva nas empresas brasileiras, fazendo a comparação entre as companhias abertas e fechadas através de um estudo descritivo (VERGARA, 2011). Uma vez que se busca a descrição de características de uma determinada amostra bem como o estabelecimento de relações entre determinantes variáveis.

Com os dados coletados, será retratada a regressão da taxa do imposto efetiva como uma variável dependente contínua.

3.2 PARÂMETROS DE SELEÇÃO DA AMOSTRA

De acordo com pesquisadores como Armstrong et al. (2011), Callihan (1994), Comrix, Mills e Schmidt, (2011), Formigoni et al. (2009), Mills e Newberry (2001), Minnick e Noga, (2010) Shackelford e Shevlin (2000) Tang (2005), a ETR anual é definida como o percentual obtido pela divisão da despesa total com tributos sobre o lucro pelo lucro antes do Imposto de Renda de uma determinada empresa *i* no ano *t*.

$$ETR_{i,t} = \frac{\text{Despesa c/ IR CS}_{i,t}}{\text{LAIR}_{i,t}}$$

Conforme Castro e Flach (2013), a despesa tributária é o soma das despesas com Imposto de Renda Corrente e contribuição social do ano corrente e o LAIR é o lucro da empresa antes do Imposto de Renda.

Gomes (2016) considera que as empresas que praticam o gerenciamento tributário são aquelas que possuem índices de ETR inferiores que as alíquotas nominais dos tributos sobre o lucro, que no Brasil chega a 34%.

Os dados da pesquisa selecionados foram das 500 maiores empresas de 2010 a 2015 de capital aberto e 498 maiores empresas também de 2010 a 2015 de capital fechado, disponíveis na base de dados da QUANTUM para identificação.

A QUANTUM é uma base de dados de uma empresa de tecnologia em finanças que atua no mercado desde 1999. Possui uma ampla base de informações financeiras (mais de 150.000 séries) atualizadas constantemente com dados quantitativos e qualitativos; ela possui uma base nova que fornece os dados das empresas fechadas. A QUANTUM possui uma plataforma desenvolvida exclusivamente para universidades, que possibilita a pesquisadores, professores e alunos acessarem as informações financeiras do mundo real (QUANTUM, 2016).

Foram excluídas as que dispunham de valores faltantes, tamanho < 1.000, ROA=0, ETR=0, as empresas financeiras, setor de securitização de recebíveis, intermediação financeira e bancos em razão da legislação tributária possuir tratamento diferenciado destas empresas em relação às demais, o que pode acarretar impactos diferentes, restando 47 setores de acordo com a CVM.

A amostra foi winsorizada a 1%, foram coletadas 5.988 observações. A amostra contém 3.597, contendo apenas ETR>0, e foram excluídas 2.391 observações.

Então, de acordo com as variáveis observadas no Quadro 1, formulou-se um modelo para análise de dados em painel com efeito fixo, robusto e controlado por tempo(ano) e setor, com base nos estudos que analisaram as determinantes da ETR, como o estudo do Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2014), Lazăr (2014)

e Richardson e Lanis (2007), apresentando a classificação setorial das empresas estudadas, obtendo uma amostra bastante heterogênea, na medida em que apresenta empresas de diferentes setores e segmentos diferenciados. Desta forma, estabeleceu-se o seguinte modelo de regressão:

$$ETR_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 DFechada_{i,t} + \beta_2 DBigFour + \beta_3 Tam + \beta_4 Intcap + \beta_5 Est + \beta_6 Alav + \beta_7 Roa + \varepsilon_{it}$$

A fórmula apresenta como variável dependente a taxa de imposto efetiva (ETR), e como variáveis independentes, o tamanho da empresa (TAM), a intensidade de capital (INTCAP), o estoque (EST), a alavancagem da empresa (ALAV), a rentabilidade (ROA), Big-Four e Fechada.

A partir da revisão da literatura realizada, determinaram-se as variáveis selecionadas para esta investigação, as quais são:

Quadro 1 – Descrição das variáveis

Tipo	Variáveis	Descrição
Dependente	ETR	Taxa de Imposto Efetiva (Despesa p/ IR Corrente e CS/ Lucro antes da despesa do IR e CS)
Independentes	FECHADA	Variável Dummy que é igual a 1 se a empresa é fechada ou 0 caso contrário.
	BIG-FOUR	Variável Dummy que é igual a 1 se possui auditoria Big-four ou 0 caso não seja Big-four.
	TAM	Tamanho (Log do Ativo Total)
	INTCAP	Intensidade de Capital (Ativos fixos tangíveis / Ativo Total)
	EST	(Estoques / Ativo total)
	ALAV	Alavancagem (Dívidas de L.P. / Patrimônio Líquido)
	ROA	Rentabilidade (Lucro Líquido / Ativo Total)

Fonte: Dados da pesquisa
Tabela elaborado pelo autor

3.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE E RESULTADOS DE PESQUISAS ANTERIORES

3.3.1 Tamanho da empresa

Pesquisas desenvolvidas por Zimmerman (1983) evidenciaram que a taxa efetiva e os custos políticos variam de acordo com o tamanho da empresa. Porém,

Gupta e Newberry (1997) evidenciaram que o tamanho da empresa não está associada, e sim outras variáveis.

Há dois pontos de vista contraditórios sobre o efeito da dimensão da empresa sobre ETR corporativos: a teoria do poder político do pesquisador Becker (1983) e a teoria do custo político de Watts e Zimmerman (1986) e Zimmerman (1983). As empresas com teoria de custo político se tornam vítimas, pois elas são controladas, já que na hipótese dos custos políticos, grandes empresas estão sujeitas aos custos políticos por meio da regulação do Estado ou de órgãos reguladores, em vista da evidenciação de ganhos elevados por ela demonstrados e pela sua visibilidade no mercado.

3.3.2 Intensidade de capital

A intensidade de capital (índice de ativos depreciables de ativos totais) é outra determinante importante da ETR que é amplamente utilizada em estudos anteriores (GUPTA e NEWBERRY 1997; JANSEN 2005; RICHARDSON e LANIS 2007).

Observando os incentivos fiscais relacionados ao investimento em ativos fixos (isto é, capitais subsídios generosos, tais como depreciação ou o custo baixo aceleradas em ativos tangíveis ao longo de períodos mais curtos do que sua vida económica), as empresas devem ser capazes de diminuir o seu imposto de renda, responsabilidade e, portanto, o ETR corporativo (LAZÁR, 2014).

Como descreve Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2014), foram evidenciadas de forma significativa a relação entre a intensidade de capital e a carga tributária de forma positiva.

3.3.3 Estoque

Como citam Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2014), o *mix* de ativos, compostos pelo imobilizado, que a ETR apresenta influencia as organizações, posto que o gerenciamento das depreciações da propriedade, planta e implementos são utilizados para diminuir a ETR. Portanto, o autor evidencia que a probabilidade de obter ETR menor resultará do volume de ativos correntes das empresas. Portanto, considera-se que quanto maior o estoque, menor será a carga fiscal da organização.

3.3.4 Alavancagem

Harris e Feeny (2003), Janssen (2005), Chen et al. (2010) e Fernández-Rodríguez e Martínez-Arias (2014) evidenciaram uma influência positiva entre a alavancagem e a ETR, onde quanto maior a alavancagem maior será o ETR.

Lazăr (2014), já afirma que a alavancagem (relação entre a dívida de médio e longo prazo para o ativo total) afeta a ETR através de despesas com juros, que são dedutíveis para fins fiscais, enquanto os dividendos não são. Portanto, as empresas com maior alavancagem tendem a ter ETR inferiores.

3.3.5 Rentabilidade

De acordo com Lazăr (2014), a rentabilidade também poderia influenciar a ETR, usando o retorno sobre os ativos (ROA), medido pela divisão do lucro líquido pelo ativo total como a proporção do ativo total. Isso está de acordo com os estudos anteriores de Gupta e Newberry (1997), Janssen (2005) e Richardson e Lanis (2007).

A partir de uma perspectiva diferente, ROA também pode ser um *proxy* para o planejamento tributário, dado que as empresas mais lucrativas são mais propensas a se envolver em atividades de planejamento tributário, reduzindo, assim, a sua carga tributária corporativa (ZINN e SPENGLER 2012).

3.3.6 Auditoria Big-Four

As empresas auditadas pela Big Four (nomenclatura genérica dada às grandes empresas de auditorias Deloitte Touche Tohmatsu, Ernest & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers). (ALMEIDA, ALMEIDA, 2009).

Uma empresa, ao acordar com alguma Big Four, aponta ao mercado (STIGLER, 1961) que sua Contabilidade estará à *expertise* de auditores altamente qualificados em grandes corporações, sendo capaz de aumentar o conceito da empresa. Assim, os executivos serão mais bem analisados em suas decisões contábeis, o que será capaz de mitigar práticas de *earnings management*.

Capítulo 4

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Nesta seção, apresentam-se a análise e a apresentação de resultados da pesquisa. Inicialmente, os resultados da estatística descritiva; a amostra foi do período considerado (2010-2015), sendo coletadas 3.597 observações (firmas-ano) no total de 998 empresas, sendo 500 empresas de capital aberto e 498 de capital fechado.

Tabela 1: Estatística Descritiva das Empresas Abertas e Fechadas

Variáveis	Média A	Média F	DP A	DP F	Mín. A	Mín. F	p 50 A	p50 F	Máx. A	Máx.B	N A	N F
ETR	0.267	0.288	0.152	0.154	0.000	2.130	0.274	0.297	0.880	0.880	1690	1978
Big-Four	0.776	0.395	0.417	0.489	0.000	0.000	1.000	0.000	1.000	1.000	1690	1978
Intensidade de Capital	0.253	0.266	0.253	0.228	0.000	0.000	0.168	0.223	0.935	0.935	1690	1978
Estoque	0.067	0.106	0.091	0.117	0.000	0.000	0.009	0.066	0.461	0.461	1690	1978
Alavancagem	0.225	0.126	0.166	0.145	0.000	0.000	0.217	0.083	0.704	0.704	1690	1978
Rentabilidade	0.045	0.064	0.085	0.094	-0.537	-0.537	0.044	0.057	0.400	0.400	1690	1978
Tamanho	14.470	13.734	1.746	1.281	9.449	9.449	14.578	13.610	18.317	17.845	1690	1978

A = Empresas Abertas

F= Empresas Fechadas

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela elaborada pela autora

Conforme Tabela 1, as empresas abertas possuem 46,40% da amostra, sendo 1.619 observações. Pode-se observar que a média da ETR é 0,267 e com um mínimo de 0,000 e máximo de 0,880.

Na mesma tabela as empresas de capital fechado possuem 53,60% da amostra, sendo 1.978 observações. Pode-se observar que a média da ETR é de 0,228 e com mínimo de 2.130 e o máximo 0,880.

Na Tabela 2, mostra-se a matriz de correlação de Spearman das empresas abertas e fechadas.

Tabela 2: Matriz de Correlação de Spearman das Empresas Abertas e Fechadas

	ETR	Fechado	Big-four	Intensidade de Capital	Estoque	Alavancagem	Rentabilidade	Tamanho
ETR	1.0000							
Fechado	0.0803*	1.0000						
Big-Four	-0.0359*	-0.3831*	1.0000					
Intensidade de Capital	-0.0058	0.0884*	-0.0576*	1.0000				
Estoque	-0.0969*	0.1479*	-0.1572*	0.1849*	1.0000			
Alavancagem	0.0220	-0.3220*	0.2872*	0.1622*	-0.1049*	1.0000		
Rentabilidade	-0.1146*	0.1084*	-0.0328*	-0.2028*	-0.0918*	-0.2476*	1.0000	
Tamanho	-0.0193	-0.2619*	0.4067*	0.0243	-0.1259*	0.3898*	-0.1417*	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa
Tabela elaborada pela autora

Nela, a correlação ETR com empresas fechadas possui uma relação positiva de 0,0803, ou seja, quanto maior a variável maior o ETR. As variáveis Big-Four, Estoque e Rentabilidade possui uma relação negativa com o ETR.

Na correlação Fechada, as variáveis Big-Four, Alavancagem e Tamanho possui uma relação negativa, e as variáveis Intensidade de Capital, Estoque e Rentabilidade possui uma relação positiva.

Na Tabela, mostra o teste de média das empresas abertas com as fechadas com a variável ETR.

Tabela 3: Teste de Média da ETR das Empresas Abertas e Fechadas

Grupo	Número	Média	Erro Padrão	Desvio Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
Abertas	1619	0.267	0.004	0.152	0.260	0.275
Fechadas	1978	0.288	0.003	0.154	0.281	0.294
Combinado	3597	0.278	0.003	0.153	0.273	0.283
Diferença		-0.020	0.005		-0.030	-0.010

Diferença = média abertas - média fechadas

t= -3.982

Ho= Diferença = 0

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela elaborada pela autora

O teste confirmou que o ETR é diferente para empresas abertas e fechadas (rejeita Hipótese nula de serem iguais).

Além disso, confirma que, na média, empresas fechadas tem ETR maior (0,288 contra 0,267 das abertas).

Assim, em um quarto momento, a Tabela 4 mostra a estatística descritiva da amostra, dividida por setores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no qual são 47 setores ao total inseridos na amostra.

Tabela 4: Setores da Comissão de Valores Mobiliários

Setor CVM	Frequência	Percentual	Percentual Acumulada
Agricultura (Açúcar, Álcool e Cana)	70	1.95	1.95
Alimentos	200	5.56	7.51
Bebidas e Fumo	17	0.47	7.98
Brinquedos e Lazer	10	0.28	8.26
Comunicação e Informática	68	1.89	10.15
Comércio (Atacado e Varejo)	380	10.56	20.71
Construção Civil, Mat. Constr. e Decoração	341	9.48	30.19
Educação	25	0.70	30.89
Embalagens	28	0.78	31.67
Emp. Adm. Part. - Alimentos	5	0.14	31.80
Emp. Adm. Part. - Brinquedos e Lazer	6	0.17	31.97
Emp. Adm. Part. - Comunicação e Informática	6	0.17	32.14
Emp. Adm. Part. - Comércio (Atacado e Varejo)	22	0.61	32.75
Emp. Adm. Part. - Const. Civil, Mat.	10	0.28	33.03
Emp. Adm. Part. - Educação	5	0.14	33.17
Emp. Adm. Part. - Embalagens	3	0.08	33.25
Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica	56	1.56	34.81
Emp. Adm. Part. - Extração Mineral	7	0.19	35.00
Emp. Adm. Part. - Farmacêutico e Higiene	4	0.11	35.11
Emp. Adm. Part. - Hospedagem e Turismo	2	0.06	35.17
Emp. Adm. Part. - Metalurgia e Siderurgia	15	0.42	35.59
Emp. Adm. Part. - Máqs., Equip., Veíc.	15	0.42	36.00
Emp. Adm. Part. - Papel e Celulose	5	0.14	36.14
Emp. Adm. Part. - Petroquímicos e Borracha	6	0.17	36.31
Emp. Adm. Part. - Petróleo e Gás	6	0.17	36.47
Emp. Adm. Part. - Saneamento, Serv. Água	6	0.17	36.64
Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal	300	8.34	44.98
Emp. Adm. Part. - Serviços Transporte	30	0.83	45.81
Emp. Adm. Part. - Telecomunicações	17	0.47	46.28
Emp. Adm. Part. - Têxtil e Vestuário	6	0.17	46.45
Energia Elétrica	404	11.23	57.68
Extração Mineral	44	1.22	58.90
Farmacêutico e Higiene	74	2.06	60.96
Gráficas e Editoras	54	1.50	62.46
Hospedagem e Turismo	10	0.28	62.74
Metalurgia e Siderurgia	162	4.50	67.24
Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças	215	5.98	73.22

Não classificado	51	1.42	74.64
Papel e Celulose	47	1.31	75.95
Petroquímicos e Borracha	66	1.83	77.78
Petróleo e Gás	69	1.92	79.70
Saneamento, Serv. Água e Gás	95	2.64	82.34
Seguradoras e Corretoras	43	1.20	83.54
Serviços Transporte e Logística	336	9.34	92.88
Serviços médicos	50	1.39	94.27
Telecomunicações	77	2.14	96.41
Têxtil e Vestuário	129	3.59	100.00
Total	3597	100.00	

Fonte: Dados da pesquisa
Tabela elaborada pela autora

Na tabela 4, pode-se observar que o setor Energia Elétrica possui a maior frequência, de 404, tendo 11,23% da amostra. Logo a seguir, encontram-se os setores de Comércio (Atacado e Varejo) de frequência de 380 com 10,56%, Construção Civil, Mat.Const. e Decoração, de frequência de 341 com 9,48%. Em contrapartida, o setor de Emp.Adm.Part – Hospedagem e Turismo possui a menor frequência de 3 e 0,06% da amostra.

4.2 RESULTADOS DAS REGRESSÕES

Na Tabela 5, a amostra possui 3.597 observações, excluindo-se da amostra todas as empresas com $ETR < 0$.

Esta amostra não contém as ETR negativas, visto que a seleção afetaria os resultados; o prejuízo fiscal e a compensação não são iguais entre as empresas de capital fechado e aberto, o que afeta a ETR, conforme estudo realizado por Pierk (2016).

Tabela 5: Regressão Linear com ETR>0

ETR	Coefficiente	Erro Padrão Robusto	t	P>t	Intervalo de Confiança 95%	
Fechada	0.023	0.006	3.7	0.000	0.011	0.036
Big-Four	-0.004	0.006	-0.66	0.506	-0.016	0.008
Intensidade de Capital	0.003	0.012	0.28	0.783	-0.020	0.0262241
Estoque	-0.146	0.030	-4.82	0.000	-0.205	-0.087
Alavancagem	0.050	0.020	2.56	0.011	0.012	0.088
Rentabilidade	-0.091	0.034	-2.67	0.008	-0.158	-0.024
Tamanho	-0.001	0.002	-0.56	0.575	-0.005	0.003
Ano						
2011	-0.009	0.009	-1.02	0.307	-0.026	0.008
2012	0.000	0.009	-0.02	0.987	-0.017	0.017
2013	-0.015	0.008	-1.82	0.069	-0.032	0.001
2014	-0.013	0.009	-1.44	0.150	-0.030	0.005
2015	-0.004	0.009	-0.47	0.637	-0.022	0.014
constante	0.300	0.0298	10.06	0.000	0.241	0.358

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela elaborada pela autora

Nº de Obs = 3597

F(12, 3538) = 4.82

Prob > F = 0.000

R²= 0.079

Adj R²= 0.064

Conforme Tabela 5, o p-valor é significativo para empresas fechadas (p -valor = 0,000) e estoque (p -valor = 0,000).

As variáveis big-four, intensidade de capital e tamanho tiveram p -valor > significância (0,05), logo, pertencem ao intervalo de confiança, portanto não rejeita-se H_0 , então não influenciam na média ETR das empresas.

Neste caso, a variável fechada e alavancagem influencia positivamente a ETR e as variáveis estoque e rentabilidade influenciam negativamente a ETR.

A regressão foi realizada com dados em painel com efeito fixo, robusto e controlado por tempo (ano) e setor. Os dados estão de modo aleatório, com 47 setores da Comissão de Valores Mobiliários. O R² (R-squared) nesta tabela é 0,0789, ou seja, 7,89%, e o desvio padrão residual (Root MSE) é 14,81%.

Na Tabela 5, na regressão estão incluídos os 47 setores de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários.

Analisando-se a Tabela 5, a variável dummy fechada em ambos modelos foi significativa com efeito fixo no setor; sendo assim, a ETR apresenta coeficientes positivos, de 0,023.

Na variável dummy fechada influencia positivamente em quanto a empresa paga de ETR.

Como a variável dummy de empresas que possuem auditoria Big-four em ambos os modelos teve P-valor $>$ Significância (0.05), logo pertence ao intervalo de confiança; portanto, não rejeita-se H_0 . Assim, a auditoria Big-four não influencia na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas.

A variável Intensidade de Capital (INTCAP) em ambos os modelos teve P-valor $>$ Significância (0.05), logo pertence ao intervalo de confiança; portanto, não rejeita-se H_0 . Assim, a Intensidade do Capital não influencia na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas.

A variável Estoque teve P-valor $<$ Significância (0.05) com P-valor = 0,00 em ambos modelos; foi significativo, logo não pertence ao intervalo de confiança, portanto, rejeita-se H_0 . Assim sendo, o Estoque influencia negativamente na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas. Assim, quanto maior o estoque, menor será o ETR.

A variável Alavancagem teve P-valor $<$ Significância (0.05) no modelo (1) ETR e P-valor ao nível de 5%; foi significativo, logo não pertence ao intervalo de confiança. Portanto, rejeita-se H_0 . Assim sendo, a alavancagem, influencia positivamente na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas, então quanto maior a alavancagem maior será a ETR.

A variável Rentabilidade em ambos os modelos apresentaram P-valor $<$ Significância (0.05), logo não pertence ao intervalo de confiança, portanto rejeita-se H_0 . Assim sendo, a Rentabilidade influencia negativamente na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas, visto que quanto menor é a rentabilidade, maior é a ETR.

A variável Tamanho em ambos os modelos teve P-valor $>$ Significância (0.05), logo pertence ao intervalo de confiança, portanto não rejeita-se H_0 . Assim, o Tamanho não influencia na média Taxa de Imposto Efetiva (ETR) das empresas.

Capítulo 5

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo analisar se há diferenças entre agressividade fiscal medida pela taxa de imposto efetiva (ETR), fazendo uma comparação entre empresas de capital aberto e fechado entre 2010 e 2015, após a adoção do IFRS.

As variáveis foram testadas em uma amostra de 998 maiores empresas de capital aberto e fechado, e ao total tiveram 5.988 números de observações, do qual subtraíram-se as empresas financeiras, setor de securitização de recebíveis, intermediação financeira e bancos, em razão da legislação tributária possuir tratamento diferenciado destas empresas em relação às demais, o que poderia acarretar impactos diferentes, restando 47 setores de acordo com a CVM, e as que dispunham de valores faltantes e estranhos (dados atípicos). A amostra foi winsorizada a 1%. Portanto, foram coletadas 5.988 observações e a amostra $ETR < 0$ excluíram-se 2.391 observações, totalizando 3.597 observações.

Os resultados evidenciam que há diferença do ETR nas empresas de capital e de capital fechado.

A variável big-four foi insignificante, ou seja, não influencia na média da ETR. Estudos anteriores de Wang, Campbell e Johnson (2014) evidenciam que a empresa ser auditada por uma das big-four não afeta a ETR, e acreditam que as big-four apresentam diferentes culturas nacionais de auditoria, que podem oferecer estratégias diferentes às empresas.

Os estudos de Fernandez- Rodriguez (2004) mostram que não há relação direta entre a intensidade de capital e a ETR.

Os resultados evidenciaram também que quanto maior o estoque menor será a ETR. Estudos anteriores realizados por Fernández-Rodríguez (2004), Gupta e Newberry (1997) e Richardson e Lanis (2007) encontraram uma relação estaticamente significativa.

Os estudos de Chen et al. (2011) e Harris e Feeny (2003) mostram que quanto maior a alavancagem, maior será o ETR.

A partir dos resultados encontrados, evidenciou-se que quanto maior a Rentabilidade, menor é a ETR, e quanto mais rentável é a empresa, menor é a ETR, ou seja, a empresa faz planejamento tributário. Analisou-se que, de acordo com Lazar (2014), a rentabilidade também influencia a ETR, usando o retorno sobre os ativos (ROA), o que também afirmam os estudos anteriores de Gupta e Newberry (1997), Janssen (2005) e Richardson e Lanis (2007). Nos estudos anteriores de Derashid e Zhang (2003) e Noor (2010), as empresas mais rentáveis têm uma carga fiscal menor, devido à compensação fiscal concedida pelo governo às empresas mais eficientes.

As evidências em relação à variável tamanho não influencia na ETR, em consonância com o que afirma os trabalhos anteriores de Fernández-Rodríguez (2004), Gupta e Newberry (1997), Liu e Cao (2007), que não mostram qualquer influência significativa entre o tamanho da empresa e a ETR.

Conforme Pierk (2016), as empresas de capital aberto têm custos maiores, devido à maior quantidade de divulgação e custos associados a menor agressividade fiscal; portanto, maiores taxas de impostos efetivas. Assim, os participantes do mercado de capitais também poderiam incentivar os gerentes de empresas públicas a serem mais agressivos do que as empresas de capital fechado. Da mesma forma, Peek, Cuijpers e Buijink (2010) mostram que os acionistas de

empresas fechadas exigem tempo menos simétrico do que os acionistas de empresas abertas.

Já conforme Mills e Newberry (2001), do ponto de vista da política tributária, os resultados deste estudo sugerem que a dependência das diferenças de renda contábil-fiscal como indicador de posições tributárias agressivas pode ser menos útil para as empresas fechadas, porque elas têm menos incentivos para reportar rendimentos discordantes.

Dessa maneira, conclui-se que há associação entre as empresas de que SA's Fechadas sejam mais agressivas tributariamente do que as empresas de SA's Abertas. Conclui-se ainda que há uma exigência de estudos mais aprofundados para inserir mais variáveis para análise.

Esta pesquisa científica contribui para analistas e a receita federal analisarem os grupos de empresas e órgãos fiscalizadores, tema este que tem assumido grande relevância no âmbito político e econômico. Com a discussão do problema apresentado, contribui para a literatura ao apresentar a comparação entre companhias abertas e fechadas, apresentando um melhor entendimento da gestão de empresas de maior porte que possuem grande representatividade na economia brasileira. Este estudo também contribui para a divulgação de pesquisas na área tributária, além de levar o tema à reflexão e ao debate sobre a questão tributária e econômica no país. O trabalho contribuirá para o governo, pois analisou a ETR por setores das empresas.

É relevante mencionar possibilidades de futuras pesquisas pertinentes ao tema desenvolvido, principalmente em se tratando de pesquisas científicas relacionadas a companhias fechadas, pela dificuldade ao acesso ao banco de

dados, tendo em vista que pesquisas em contabilidade em empresas fechadas são praticamente inexistentes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elias Feres de; ALMEIDA, Juan Carlos Goes de. Auditoria e earnings management: estudo empírico nas empresas abertas auditadas pelas big four e demais firmas de auditoria. *Revista Contabilidade & Finanças-USP*, v. 20, n. 50, p. 62-74, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772009000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 4 dez. 2016.
- ARMSTRONG, C. S.; BLOUIN, J. L.; LARCKER, D.F. The Incentives for Tax Planning. Rock Center for Corporate Governance at Stanford. University Working Paper, n. 56, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana%20Clara/Downloads/SSRN-id1416422.pdf>>. Acesso em: 5 out. 2016.
- BALL, R., Shivakumar, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*. v. 39, n. 1, p. 83–128, 2005.
- BEATTY, A; HARRIS, DG. The Effects of Taxes, Agency Costs and Information Asymmetry on Earnings Management: A Comparison of Public and Private Firms. *Review of Accounting Studies*. v. 4, p. 299-326, Dec. 1999. ISSN13806653. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=9&sid=05402c2a-6073-47c4-886b-b27e8e910516%40sessionmgr1&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZI#AN=16845067&db=bth>>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- _____; Bin, K; PETRONI, KR. Earnings Management to Avoid Earnings Declines across Publicly and Privately Held Banks. *Accounting Review*. v. 77, n. 3, p. 547-570, 2002. ISSN: 00014826. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=2&sid=05402c2a-6073-47c4-886b-b27e8e910516%40sessionmgr1&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZI#db=bth&AN=7112277>>. Acesso em: 11 dez.2016.
- BECKER, Gary S. *The Quarterly Journal of Economics*, JSTOR. v. 98, n. 3, p. 371-400, 1983. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.359.7578&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BRASIL. Lei 6.404/76. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 11 out. 2016.
- BURGHSTHALER, DC; HAIL, L; LEUZ, C. The Importance of Reporting Incentives: Earnings Management in European Private and Public Firms. *Accounting Review*. v. 81, n. 5, p. 983-1016, 2006. ISSN: 00014826. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=3&sid=348c9f7a-bd84-43f5->

8dd0-965496b6605c%40sessionmgr1&bdata=Jmxhbmc9cHQYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZI#AN=22799456&db=bth>. Acesso em: 5 dez. 2016.

CALLIHAN D. S. Corporate effective tax rates: a synthesis of the literature. *Journal of Accounting Literature*. v. 1, n. 13, 1994.

CALVÉ PÉREZ, J. I.; LABATUT SERER, G.; MOLINA LLOPIS, R. Variables económico-financieras que inciden sobre la presión fiscal soportada por las empresas de "reducida dimensión": Efectos de la Reforma Fiscal de 15 en las empresas de la Comunidad Valenciana. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*. v. 34, n. 127, p. 875-897, 2005. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/toc/refc20/current>>. Acesso em: 20 out. 2016.

CASAGRANDE NETO, Humberto; SOUSA, Luci A.; ROSSI, Maria Cecília. *Abertura de capital de empresas no Brasil: um enfoque prático*. São Paulo: Atlas, 3 ed. rev. 2000.

CASTRO, Jessica K.; FLACH, Leonardo. O gerenciamento tributário relacionado ao desempenho das empresas: um estudo nas empresas listadas no nível 1 de governança corporativa da BM&F BOVESPA. In: XVI SEMEAD - Seminário de Administração. Anais... Seminário de Administração-SEMEAD, 2013. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=818>. Acesso em: 6 out. 2016.

CHEN, Shuping; et al. Are family firms more tax aggressive than non-family firms?. *Journal of Financial Economics*. v. 95, n. 1, p. 41-61, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0304405X09001640>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CHEN, Shuping, et al. Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, v. 95, n. 1, p. 41-61, 2010.

CHEN, F., HOPE, O.K., LI, Q., WANG, X. Financial reporting quality and investment efficiency of private firms in emerging markets. *Account. Rev.*, v. 86, n. 4, p. 1255–1288, 2011. Disponível em: <<http://aaapubs.org/doi/10.2308/accr-10040>>. Acesso em: 12 jul. 2017

CLATWORTHY, Mark A.; PEEL, Michael J. The impact of voluntary audit and governance characteristics on accounting errors in private companies. *Journal of Accounting and public policy*, v. 32, n. 3, p. 1-25, 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425413000069>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CLOYD, C. Bryan; PRATT, Jamie; STOCK, Toby. The use of financial accounting choice to support aggressive tax positions: Public and private firms. *Journal of Accounting research*, v. 34, n. 01, p. 23-43, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2491330?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 13 jul. 2017.

COELHO, Antonio Carlos; GALDI, Fernando Caio; LOPES, Alexsandro Broedel. Determinants of asymmetric loss recognition timeliness in public and private firms in Brazil. *Emerging Markets Review*, v. 31, p. 65-79, 2017. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1566014117300699>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____; SIQUEIRA LIMA, Iran. Gerenciamento de resultados contábeis no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e de capital aberto. *Revista de Administração-RAUSP*, v. 44, n. 3, p. 207-221, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2234/223417462003/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

COMPRIX, Joseph, MILLS, Lillian. F., SCHIMDT, Andrew P. Bias in Quarterly Estimates of Annual Effective Tax Rates and Earnings Management. *The Journal of the American Taxation Association*, v. 34, n. 1, p. 31-53, 2011. Disponível em: <<http://aaajournals.org/doi/abs/10.2308/atax-10152>>. Acesso em: 25 out. 2016.

DERASHID, C; H. ZHANG. "Effective Tax Rates and the 'Industrial Policy' Hypothesis: Evidence from Malaysia." *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v.12, n. 1, p. 45–62, 2003.

DI DOMENICO, Daniela; DAL MAGRO, Cristian Baú; KALNN, Roberto Carlos. Impactos da Adoção das Normas Contábeis Internacionais Completas (FULL IFRS) nos Indicadores Econômico-Financeiros de Empresas Listadas na Bovespa. *Revista de Informação Contábil, Recife –PE*, v. 8, n. 1, p. 52-70, 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/395/350>>. Acesso em: 28 out. 2016.

DUNBAR, Amy, et al. What do measures of tax aggressiveness measure. In: *Proceedings of the National Tax Association Annual Conference on Taxation. Anais... Annual Conference on Taxation, November 18-20, 103rd, 2010. v. 103, pp. 18-26, 2010.*

FERNÁNDEZ-RODRÍGUEZ, E; MARTÍNEZ-ARIAS, A. Determinants of the Effective Tax Rate in the BRIC Countries. *Emerging Markets Finance & Trade*. v. 50, p. 214-228, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/REE1540-496X5003S313>>. Acesso em: 28 out. 2016.

FINGER JUNIOR, J. I.; BALESTRIN, R.; GALIOTTO, S. O novo código civil e a sociedade limitada na região do meio oeste catarinense. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 4, n. 11, p. 37-50, 2005. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/33508/o-novo-codigo-civil-e-a-sociedade-limitada-na-regiao-do-meio-oeste-catarinense>>. Acesso em: 15 dez.2016.

FRANÇA, J. A.; CUNHA, G. H. M.; CUNHA, D. P. Adoção do padrão IRFS no Brasil: impacto do custo atribuído no Grau de Endividamento (GE) e no Retorno Sobre o Ativo (RSA) das empresas. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 8, n. 2, p. 180-194, 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/31571/adocao-do-padrao-irfs-no-brasil-->

impacto-do-custo-atribuido-no-grau-de-endividamento--ge--e-no-retorno-sobre-o-ativo--rsa--das-empresas>. Acesso em: 15 jul. 2017.

FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P.; PAULO, E. Diferença entre o Lucro Contábil e Lucro Tributável: uma análise sobre o Gerenciamento de Resultados Contábeis e Gerenciamento Tributário nas companhias abertas brasileiras. *Brazilian Business Review*, v. 6, n. 1, p. 44-61, 2009. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/7773/diferenca-entre-o-lucro-contabil-e-lucro-tribut--->>. Acesso em: 16 out. 2016.

GITMAN, Lawrence J. *Princípios de administração financeira*. São Paulo: Harbra, 7 ed. 1997.

GOMES, A. P. M. Características da Governança Corporativa como Estímulo à Gestão Fiscal. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, v. 27, n. 71, p. 149-168, 2016. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/42033/caracteristicas-da-governanca-corporativa-como-estimulo-a-gestao-fiscal->>. Acesso em: 28 out. 2016.

GUPTA, S., AND K. NEWBERRY. 1997. "Determinants of the Variability in Corporate Effective Tax Rates: Evidence from Longitudinal Data." *Journal of Accounting and Public Policy*. v. 16, n. 1, p. 1-34, mar/1997. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/02784254/16/1>>. Acesso em: 8 out. 2016.

HANLON, Michelle; HEITZMAM, Shane. A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2, p. 127-128, 2010. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleListURL&_method=list&_ArticleListID=-1072218620&_sort=r&_st=13&view=c&md5=fd64dfc1ba529b7e9e370a16bd0db9c3&searchtype=a>. Acesso em: 10 out. 2016.

HARRIS, M. N.; FEENY, S. Habit persistence in effective tax rates. *Applied Economics*, v. 35, n. 8, p. 951-958, 2003. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0003684032000050577>>. Acesso em: 11 out. 2016.

HUSEYNOV, Fariz; KLAMM, Bonnie K. Tax avoidance, tax management and corporate social responsibility. *Journal of Corporate Finance*, v. 18, n. 4, p. 804-827, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0929119912000569>>. Acesso em: 12 out. 2016.

HOPE, O.-K., THOMAS, W., VYAS, D. Financial reporting quality of US private and public firms. *The Accounting Review*. 2013.

JANSSEN, Boudewijn. Corporate effective tax rates in the Netherlands. *De Economist*, v. 153, n. 1, p. 47-66, 2004. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s10645-004-7127-y>>. Acesso em: 17 out. 2016.

- KIM, K. A.; LIMPAPHAYOM, P. Taxes and firm size in Pacific-Basin emerging economies. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 07, n. 01, p. 47-68, 1998. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951898900052>>. Acesso em: 17 out. 2016.
- KOSI, U., VALENTINCIC, A. Write-offs and profitability in private firms: disentangling the impact of tax-minimisation incentives. *European Accounting Review*. v. 22, n. 01, p. 117-150, 2013.
- LAMMERSEN, Lothar. The Measurement of Effective Tax Rates: Common Themes in Business Management and Economics, ZEW Discussion Papers, No. 02-46, 2002. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/bitstream/10419/24639/1/dp0246.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2016.
- LAZĂR, Sebastian. Determinants of the Variability of Corporate Effective Tax Rates: Evidence from Romanian Listed Companies. *Emerging Markets Finance & Trade*. v. 50, p. 113-131, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/REE1540-496X5004S4007>>. Acesso em: 11 out. 2016.
- LENNOX, Clive; LISOWSKY, Petro; PITTMAN, Jeffrey. Tax aggressiveness and accounting fraud. *Journal of Accounting Research*, v. 51, n. 4, p. 739-778, 2013. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/joar.12002/full>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- LIN, Kenny Z.; MILLS, Lillian F.; ZHANG, Fang. Public versus private firm responses to the tax rate reduction in China. *The Journal of the American Taxation Association*, v. 36, n. 1, p. 137-163, 2013. Disponível em: <<http://www.aaajournals.org/doi/abs/10.2308/atax-50618>>. Acesso em: 22 ago.2017.
- LIU, Xing; CAO, Shujun. Determinants of corporate effective tax rates: evidence from listed companies in China. *Chinese Economy*. v. 40, n. 6, p. 49-67, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/CES1097-1475400603>>. Acesso em: 22 out. 2016.
- LOPES, Tatiana. Custos políticos tributários: o impacto do tamanho na alíquota tributária efetiva. 2012. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-06022013-190650/en.php>>. Acesso em: 9 jul. 2017.
- MARTINEZ, Antônio Lopo. Detectando Earnings Management no Brasil: Estimando os Accruals discricionários. São Paulo. USP. v. 19, p. 7 -17, 2008. Disponível em: <<https://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/3005>>. Acesso em: 22 nov.2016.

MARTINEZ, A. L.; DALFIOR, M. D. Agressividade Fiscal Entre Companhias Controladoras E Controladas. Revista da Receita Federal: estudos tributários e aduaneiros. v. 2, n. 1, p. 344-362, 2015. Disponível em: <<http://www.revistadareceitafederal.receita.fazenda.gov.br/index.php/revistadareceita-federal/article/view/164>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MATTOS, Enlison; ROCHA, Fabiana; TOPORCOV, Patrícia. Programas de incentivos fiscais são eficazes? Evidência a partir da avaliação de impacto do programa Nota Fiscal Paulista sobre arrecadação de ICMS. Revista RBE. v. 7, n. 1, p. 97-120, 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/3601>>. Acesso em: 27 out. 2016.

MILLS, L. e NEWBERRY, K. (2001). The Influence of Tax and Non-Tax Costs on Book-Tax Reporting Differences: Public and Private Firms. Journal of the American Taxation Association, v. 3, n. 1, p. 1-19, 2001. Disponível em: <<http://aaajournals.org/doi/10.2308/jata.2001.23.1.1>>. Acesso em: 19 out. 2016.

_____; TRAUTMAN, W.B. Trend in book-tax income and balance sheet differences. Tax Notes. v. 19. p. 491-521, 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana%20Clara/Downloads/SSRN-id313040.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MINNICK, K.; Noga, T Do corporate governance characteristics influence tax management? Journal of Corporate Finance, v. 16, n. 5, p. 703-718, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S092911991000060X>>. Acesso em: out. 2016.

NOOR, Rohaya Md et al. Corporate tax planning: A study on corporate effective tax rates of Malaysian listed companies. International Journal of Trade, Economics and Finance, v. 1, n. 2, p. 189, 2010. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=Corporate+Tax+Planning%3A+A+Study+on+Corporate+Effective+Tax+Rates+of+Malaysian+Listed+Companies.&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_vis=1>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PAULO, E.; ANTUNES, M. T. P.; FORMIGONI, H. Conservadorismo contábil nas companhias abertas e fechadas brasileiras. Revista de Administração de Empresas, v. 48, n. 3, art. 4, p. 46-60, 2008. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/3922/conservadorismo-contabil-nas-companhias-abertas-e-fechadas-brasileiras>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

_____; MARTINS, E.; CORRAR, L. J. Detecção do gerenciamento de resultados pela análise do diferimento tributário. Revista de Administração de Empresas, v. 47, n. 1, p. 46-59, 2007. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/10737/deteccao-do-gerenciamento-de-resultados-pela-analise-do-diferimento-tributario>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

PEEK, Erik; CUIJPERS, Rick; BUIJINK, Willem. Creditors' and shareholders' reporting demands in public versus private firms: Evidence from Europe. Contemporary Accounting Research, v. 27, n. 1, p. 49-91, 2010. Disponível:

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=511822>. Acesso em: 15 ago. 2017.

PIERK, Jochen, Are Private Firms Really More Tax Aggressive than Public Firms? (April 4, 2016). WU International Taxation Research Paper Series. n. 02. p. 45, 2016. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2758756>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

PLESKO, George. A. An evaluation of alternative measures of corporate tax rates. *Journal of Accounting and Economics*, v. 35, n. 2, p. 201-226, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0165410103000193>>. Acesso em: 15 out. 2016.

PROENÇA, José Marcelo Martins; MELARÉ, Machado Márcia Regina. As sociedades limitadas no novo código civil – uma abordagem prática sobre as possibilidades de configuração do contrato social. *Revista do Advogado*. São Paulo, p. 53-63, agosto. 2003.

QUANTUM. Tecnologia e Finanças - Base de informações financeiras. Disponível em: <<http://www.quantumfinance.com.br/produtos/index.php>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

REINDERS, Ana Paula G.S; MARTINEZ, Antônio Lopo. Qual O Efeito Da Agressividade Tributária Na Rentabilidade Futura? Uma Análise Das Companhias Abertas Brasileiras. In: X Congresso ANPCONT, Ribeirão Preto, SP. Anais... Ribeirão Preto, SP. ANPCONT, 2016. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/x/anais/files/2016-05/cue370.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

REZENDE, Guilherme Pinto; NAKAO, Sílvio Hiroshi. Gerenciamento de resultados e a relação com o lucro tributável das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Universo Contábil*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 06-21, 2012. ISSN 1809-3337. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2114>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

RICHARDSON, Grant; LANIS, Roman. Determinants of the Variability in Corporate Effective Tax Rates and Tax Reform: Evidence from Australia. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 26, n. 6, p. 689–704. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425407000701>>. Acesso em: 22 out. 2016.

SANTOS, C.H; RIBEIRO, M.B e WULLF, S.W. Texto para discussão no 1350: A evolução da carga tributária bruta brasileira no período 1995-2007: tamanho, composição e especificações econométricas agregadas. Brasília, p. 1-52, 2008. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/dspace/bitstream/10419/91247/1/577228374.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SHACKELFORD, Douglas A. SHEVLIN, Terry J. Empirical tax research in accounting. *Journal of accounting and economics*, v. 31, n. 1, p. 321-387, 2001.

Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=235796>. Acesso em: 26 out. 2016.

STIGLER, G. J. The economics of information. *The Journal of Political Economy*, v. 69, n. 3, p. 213-225, 1961. Disponível em: <<http://home.uchicago.edu/~vlima/courses/econ200/spring01/stigler.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

TANG, Tanya Y.H. Book-Tax differences, a function of accounting-tax misalignment, earnings management and tax management - empirical evidence from de China. *São Paulo Atlas*, p. 1-36, 1985. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=872389>. Acesso em: 28 out. 2016.

VERGARA, S. C. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 13 ed. 2011.

WANG, Ying; CAMPBELL, Michael; JOHNSON, Debra. Determinants of Effective Tax Rate of China Publicly Listed Companies. *International Management Review*, v. 10, n. 1, p. 10, 2014.

WATTS R.L., ZIMMERMAN. J. *Positive Accounting Theory*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1986.

WILKINSON, Brett. R.; CAHAN, Steven. F.; JONES, Geoff. Strategies and dividend imputation: the effect of foreign and domestic ownership on average effective tax rates. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, v. 10, n. 2, p. 157-175, 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951801000428>>. Acesso em: 25 out. 2016.

ZIMMERMAN, J. L. Taxes and firm size. *Journal of Accounting and Economics*, v. 5, p. 119-149, 1983. Disponível em: <http://ac-els-cdn-com.ez159.periodicos.capes.gov.br/0165410183900083/1-s2.0-0165410183900083-main.pdf?_tid=55269afe-a05d-11e6-afdd0000aacb35d&acdnat=1478023520_1b060fd45d5be117047698cedae06710>. Acesso em: out.2016.

ZINN, Benedict.; SPENGEL, Christoph.. Book-Tax Conformity: Empirical Evidence from Germany. *Center for European Economic Research (ZEW)*, v. 1, n. 12, p. 01-32, 2012. Disponível em: <<http://ftp.zew.de/pub/zew-docs/dp/dp12051.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.